

## Serviço Público Federal **Universidade Federal Fluminense** Mestrado em Direito Constitucional

5 6

Ata da reunião ordinária do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Faculdade de Direito Universidade **Federal** Fluminense.

7 Aos cinco dias do mês de fevereiro de 2020, teve início a reunião ordinária do 8 Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, presidida pelo Professor Marco 9 10 Casamasso, com a presença também dos docentes: Cássio Luis Casagrande, 11 Clarissa Brandão, Eduardo Manuel Val, Enzo Bello, Márcio Ávila, Mônica Paraguassu, Paulo Corval e Pedro Curvello; e dos discentes, Rosângela Pires. 12 13 Justificada a ausência dos docentes: Gladstone Leonel, André Saddy, Roberta 14 Pedrinha, Taiguara Líbano e Guilherme Peña. Os demais docentes não justificaram formalmente a ausência. O professor Marco Casamasso fez a 15 leitura da pauta: 1) Aprovação da ata da Reunião Ordinária anterior; 2) Recurso 16 do aluno Thiago Luiz dos Santos Queiroz referente a reprovação em 17 disciplina;3) Aprovação de solicitação de transferência ex-officio; 4) Aprovação 18 de relatório de Pós-Doutorado CAPES/PNDP/PPGDC de Giulia Parola; 5) 19 Proposta de alteração da Resolução PPGDC N. 09, de 25.03.2015 (critérios de 20 21 concessão de bolsas);6) Minter PPGDC / Defensoria Pública do Estado do 22 Maranhão - disponibilidade dos professores para participação no Mestrado 23 Interinstitucional; 7) Coleta Capes e autoavaliação. 8) Assuntos gerais.

- 24 1) A ata circulou e a redação foi aprovada por unanimidade.
- 2) O Professor Marco Casamasso leu o recurso do discente Thiago Luiz dos 25
- 26 Santos Queiroz, que estava presente, para apreciação do Colegiado. Foi lida,
- também, a decisão denegatória referenteao pedido de revisão de reprovação 27
- do discente na disciplina Metodologia, emitida pelo professor Enzo 28
- Bello.Realizadas as leituras, o Colegiado decidiu, por unanimidade, manter a 29
- 30 reprovação na referida disciplina. Igualmente, por unanimidade, o Colegiado





## Serviço Público Federal Universidade Federal Fluminense Mestrado em Direito Constitucional

decidiu pelo indeferimento do recurso apresentado. Confirmada a segunda 31 32 reprovação em disciplina, e denegado o recurso, o Professor Marco 33 Casamasso informou que o efeito da segunda reprovação em disciplina 34 implicava o cancelamento da matrícula do discente no Programa, em 35 conformidade com o previsto no art. 29, inciso II, do Regimento do PPGDC. 36 3)Professor Marco Casamasso informou que solicitou à professora Monica 37 Paraguassu que averiguasse se o Mestrado cursado pela mestranda que 38 requereu o pedido de transferência ex-officio era compatível com o do PPGDC. 39 A Professora Monica respondeu que havia compatibilidade. O Professor Marco 40 Casamasso leu a orientação da PROPPI a respeito do pedido. O Professor Paulo Corval leu o texto legal que trata do assunto. O pedido foi aprovado por 41 42 unanimidade, sendo exigida a realização integral do currículo do PPGDC, sendo avaliado a posteriori o possível aproveitamento de disciplinas já 43 44 cursadas na UFRN. 45 4) O ponto foi aberto com o professor Enzo relatando que a professora Giulia 46

Parola ingressou mediante edital, em regime de tempo integral, cumprindo 47 todas as atividades com afinco, oferecendo suporte à internacionalização do PPGDC. Afirmou que dificilmente seria encontrado um bolsista de pós-48 49 doutorado que fizesse as atividades com tanto zelo e competência quanto ela. 50 Ao corroborar o relato do professor Enzo, o professor Marco Casamasso 51 solicitou registro de agradecimento pelos serviços prestados pela Professora 52 Giulia ao programa. Professor Eduardo Val também fez questão de indicar uma 53 menção de louvor pela qualidade das atividades prestadas por ela. Seguindo a 54 mesma linha de raciocínio, Professor Pedro Curvello relatou a experiência em 55 aulas conjuntas, ressaltando a disciplina ministrada em Inglês que recebeu 56 alunos estrangeiros; fez menção ao suporte dado pela Professora Giulia em todos os processos seletivos, corrigindo provas, além da publicação de livros. 57 58 O Colegiado aprovou o relatório de forma unânime.



59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

## Serviço Público Federal Universidade Federal Fluminense Mestrado em Direito Constitucional

- 5) O professor Marco Casamasso contextualizou a proposta de alteração da resolução de bolsas, realçando a dificuldade existente para a comissão avaliar a concessão de bolsas baseada nas normas vigentes. O Professor Eduardo Val indicou que elementos subjetivos são muito complexos, gerando problemas inclusive entre os discentes. Dando a sua colaboração, Professor Paulo Corval apontou sobre a problemática dos critérios indicadas como requisitos. No final, a decisão foi postergada para a reunião seguinte, após consulta à PROPPI.
- 6) Os professores comentaram sobre as modificações de portarias que tratam sobre o assunto. Professor Val indicou que o MINTER é uma política pública que disponibiliza a possibilidade de capacitação em áreas onde a mesma é escassa. Lembrou também que isso foi tratado na última reunião de Colegiado do curso de Direito. Com isso, o edital foi aprovado por unanimidade. O professor Marco Casamasso acrescentou que o curso é dividido em módulos e pode ter a participação de todos os professores.
- 7) O Professor Marco Casamasso informou sobre as mudanças no processo de autoavaliação do programa, informando inclusive o prazo de entrega no Sucupira e que precisará do suporte dos demais professores. O professor Val indicou que a docência no PPGDC não se relaciona apenas a dar aulas, mas também emitir pareceres, integrar comissões, participar de reuniões. Solicitou ainda que sejam indicados professores para atuações específicas e que estes devem se comprometer com a causa do programa. Na mesma fala, resgatou a dedicação da professora Giulia Parola. O professor Edson informou que a autoavaliação contará como 1/3 da pontuação, a produção dos professores com 20%, as atividades realizadas no PPGDC também com 20%. A comissão deve ser composta por docentes, técnicos, egressos e externos. Dando a sua colaboração, professor Edson sugeriu a criação de um observatório de egressos. A Comissão foi composta pelos Professores Doutores Márcia Dalcastel (presidente), André Saddy, Márcio Avila, pelos técnicos





## Serviço Público Federal Universidade Federal Fluminense Mestrado em Direito Constitucional

87	administrativos Eric Maciel e Jayme de Souza, e pelas discentes isabella
88	Carvalho e Helena Matos.
89	8) Foi realizada inclusão em pauta referente a pedido de credenciamento do
90	Professor Edson Alvisi Neves. O pedido foi apresentado pela professora
91	Clarissa Brandão. O Colegiado, aferindo o atendimento dos critérios, aprovou o
92	credenciamento por unanimidade.
93	9) Informes Gerais – Professor Paulo Corval sugeriu aos professores a rotação
93	9) Informes Gerais – Professor Paulo Corvai sugeriu aos professores a rotação
94	deles nas disciplinas obrigatórias, com o argumento que o rodízio é
95	enriquecedor ao programa.
96	Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e extraído o presente
97	extrato, redigido pelo servidor Eric Maciel e assinado pelo Professor Doutor
98	Marco Casamasso, coordenador do PPGDC.
99	
))	
100	
101	
102	PROF. DR. MARCO AURELIO LAGRECA CASAMASSO
103	SIAPE 1832853
104 105	(Coordenador do PPGDC)
105	
107	
108	
109	ERIC MACIEL TEIXEIRA
110	SIAPE 2261473
111	(Assistente em administração)